

# ESPLANADA GERAL

SINDSEP-DF

WWW.SINDSEP-DF.COM.BR

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DF

E-MAIL: IMPRENSA@SINDSEP-DF.COM.BR

## POR QUE VAMOS À GREVE



Durante oito longos anos, o funcionalismo público federal amargou os resultados da política antipopular e antinacional de Fernando Henrique Cardoso. O qual, para melhor entregar nosso país a seus patrões imperialistas, tratou de sucatear o Estado brasileiro. Para melhor sucatear o Estado, tratou de desqualificar e perseguir os funcionários.

Para melhor desqualificar-nos e perseguir-nos, deixou-nos sem reajuste durante oito anos, e tratou de torpedear nossa Previdência.

Chamou-nos de marajás e vagabundos. Tirou-nos a estabilidade. Promoveu a terceirização e a precarização. Desmontou os órgãos que funcionavam, para criar outros que não funcionam. Revogou as conquistas de Oswaldo Cruz e reintroduziu a febre amarela na pauta da imprensa. Deixou de pagar as contribuições do Estado para a Previdência dos servidores.

Essa política tem que mudar. Não porque nos tira o poder aquisitivo ou nos condena a uma velhice desvalida, mas porque faz isso para

nos fragilizar diante das pressões de políticos, empresários, lobistas, sonegadores. Para mudar essa política, elegemos um novo governo, um governo que se diz disposto a mudar este país, e a transformá-lo numa sociedade mais humana e mais justa.

Este governo não seria governo sem nós. Não por causa dos nossos votos, que foram muitos, mas por causa da nossa incansável luta contra a política de desmonte da Nação, levada a cabo por José Sarney, Fernando Collor e Fernando Henrique. Por causa das nossas lutas, das nossas greves, das nossas manifestações.

Não temos uma conta a cobrar deste Governo. Temos o dever de dizer, a um governo dos trabalhadores, que O RUMO ADOTADO ESTÁ ERRADO. Para construir uma so-

riedade mais justa e solidária, é preciso construir um Estado à altura desse desafio. Para construir esse Estado, é preciso contar com um funcionalismo público estável e bem-remunerado, que possa resistir à pressões espúrias dos chefes, dos políticos e do empresariado.

Por isso, quando o Governo fecha as portas a qualquer negociação, quando procura impor aos deputados dos seus partidos uma obediência cega a medidas que contrariam frontalmente o espírito de tudo aquilo por que lutamos – um Brasil mais justo, mais digno, mais independente, mais igual, mais fraterno, mais livre – quando lutamos para que este Governo fosse eleito, quando o Governo não quer ouvir os que o elegeram, mas apenas aqueles que gostariam que ele fracassasse, não temos outra

alternativa senão continuar fazendo o que sempre fizemos: IR À LUTA!

O Governo parece querer esse confronto. Talvez imagine que possa fazer conosco o que Fernando Henrique fez com os petroleiros. Mas engana-se. Fernando Henrique não foi eleito pelos trabalhadores, foi eleito contra eles. Não é o caso agora.

De qualquer forma, vamos à luta para vencer. Para isso, precisamos construir uma greve forte, alegre, saudável, participativa. Vamos começar enchendo o Espaço do Servidor no dia 26, com uma grande Assembléia Geral, capaz de decretar a greve e mobilizar a categoria.

**TODOS À ASSEMBLÉIA GERAL! VAMOS DISCUTIR E PREPARAR A GREVE!**

24/6 18:00 – PLENÁRIA DE DELEGADOS SINDICAIS

26/6 12:00 – ASSEMBLÉIA GERAL

4/7 – PLENÁRIA DA CONDSEF

5/7 – PLENÁRIA DOS SPFs

7/7 12:00 – PLENÁRIA DE DELEGADOS SINDICAIS

7/7 18:30 – REUNIÃO AMPLIADA PARA AVALIAR MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAR A GREVE

8/7 8:00 – INÍCIO DA GREVE

8/7 9:00 – ASSEMBLÉIA GERAL

# GOVERNO TENT

## Jóia do folclore brasileiro

*O anel que tu me deste era vidro e se quebrou o "reajuste" prometido era pouco e se atrasou*

### MENSAGEM ENVIADA PELO GOVERNO AOS SEVIDORES POR E-MAIL

Caro(a) servidor(a),

Como você já sabe, infelizmente não foi possível incluir na folha de pagamento do mês de maio, para pagamento em junho, os valores referentes ao reajuste salarial de 2003. O Governo está fazendo todos os esforços para que o reajuste seja incluído na folha de junho, com pagamento no segundo dia útil de julho – a parcela linear de 1% retroativa a janeiro de 2003, e a vantagem salarial de R\$59,87 retroativa a maio de 2003.

O pagamento ainda não foi feito porque limitações constitucionais impedem o uso de medida provisória, um caminho mais rápido. O Governo teve de encaminhar ao Congresso Nacional dois projetos de lei, ambos com pedido de tramitação em regime de urgência. Esperamos ver os dois projetos aprovados ainda no mês de junho, já que praticamente todas as lide-

ranças partidárias vêm se comprometendo com o apoio à tramitação acelerada.

Sabemos que esses fatos criaram transtornos para os servidores. Ainda assim, queremos pedir a compreensão de todos, uma vez que providências foram adotadas para acelerar o pagamento do reajuste, retroativo às datas propostas em abril.

Lembramos ainda que continuam os trabalhos da Mesa Nacional de Negociação Permanente, que discute propostas de interesse do servidor. O objetivo do Governo é desenvolver, ao longo de quatro anos, um processo de recuperação salarial e de valorização das carreiras do serviço público. O reajuste de agora foi apenas o primeiro passo possível nesse processo.

Atenciosamente,

LUÍS FERNANDO SILVA

Secretário de Recursos Humanos

## E não consegue

### Resposta de uma servidora ao secretário de recursos humanos

Ilmo. Sr.  
Luís Fernando Silva  
Secretário de Recursos Humanos  
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Prezado Senhor,

Como não temos qualquer relação pessoal, levei como surpresa o aparecimento de sua mensagem em minha caixa de entrada da Internet.

Como não costumo deixar sem resposta as mensagens dos amigos e colegas com os quais me comunico, vou fazer de conta que V. Sa. está entre aqueles que usam meu e-mail particular (pois minha conta de Internet não é paga por qualquer instituição), para não deixar sua mensagem sem resposta.

Por favor, não me faça lembrar o Big Brother (1984, de O. W), dizendo que, se eu tenho e-mail, o Governo pode usar para falar comigo — tenho certeza de que leu a obra literária que menciono.

Bem sei que o Governo e o partido do Governo não vêm com simpatia aqueles que discordam de suas ações ou criticam suas medidas. Mas, não sou militante do partido do Governo e, por isso, não temo punição, a exemplo do que está prometido à corajosa senadora e a seus companheiros de princípios, conforme noticiado pela imprensa.

Acima de tudo, acredito, democraticamente, que quem me diz o que quer conceder-me o direito de resposta — principalmente, quando sou vítima de uma promessa enganosa e quando me tratam por "você".

V. Sa. começa com um "infelizmente", referindo-se ao reajuste que não foi pago. Como servidora que esperava um reajuste, sou eu que digo: INFELIZMENTE, o Governo nos prometeu qualquer coisa insignificante que passou a chamar de "reajuste" e nem assim

conseguiu honrar a promessa.

Começo a temer que essa promessa entre para o rol das outras tantas promessas solenemente pronunciadas nos palanques da campanha eleitoral e tão rapidamente esquecidas, tendo, sempre tão dramático e retoricamente, seu esquecimento explicado através da imprensa, com recurso de metáforas velhas e sem poesia.

De qualquer modo, depois de tantos anos sem reajuste (coisa que V. Sa., muito bem orientado pelo Governo e com a ajuda de seus eficientes e gratificados assessores, vai, inutilmente, se apressar em desmentir, misturando dados e informações para dar aparência de verdade a seu desmentido), se essa promessa for também para a vala comum do esquecimento, servindo de companhia às outras, não fará tanta diferença assim no bolso dos servidores, considerando a insignificância do montante, que, ao fim e ao cabo, só servirá mesmo para que o Governo, depois, possa argumentar que deu reajuste ao funcionalismo, e para que a opinião pública, desconhecendo a "fortuna" que nos foi prometida e ainda não concedida, acredite na seriedade do Governo.

#### Gostaria de fazer algumas observações

1) **Intriga-me o fato de o Governo ter divulgado na imprensa a concessão de reajuste salarial ao funcionalismo a ser pago no início de junho, e não ter tido a mesma disposição para divulgar na imprensa que não cumpriu a promessa** e que, de resto, o tal reajuste, até a pre-

sente data, não passa mesmo de vaga e mera promessa, para gerar notícia favorável ao próprio Governo.

2) Preferindo apresentar as explicações via Internet, fazendo de conta que está se dirigindo de modo personalizado a cada servidor, que, na falta do pagamento do mísero reajuste, tem, agora, além da promessa presidencial, o consolo de uma mensagem explicativa, e **evitando a ampla divulgação na imprensa do não cumprimento do prometido, o Governo quer, diante da opinião pública, manter sua credibilidade e, sem que precise mentir, deixa que se pense que é sério e que costuma cumprir os compromissos assumidos e divulgados pela imprensa.**

Mudam-se os tempos, mudam-se os expedientes: na calada da Internet, dá-se uma satisfação aos servidores e deixa-se a opinião pública ignorando que não se cumpre o alardeado e, ainda de quebra, consolida-se a imagem de abastado, de afortunado, de "marajá" (no que se refere a mim, de "marani"), que se tem imposto ao servidor, para que se tenha o que dizer na próxima entrevista, em pronunciamento na próxima inauguração ou em outra situação que sirva para o marketing da imagem de quem se preocupa com os servidores e com a justiça social.

3) **Não me venha V. Sa. explicar a situação com alguma daquelas metáforas de mau gosto que falam de "sacrifício", de "esperança", de "remédio amargo" para "curar o doente" ou de outras bobagens tão presentes nos discursos oficiais, porque mé-**

#### EXPEDIENTE

Este jornal é de responsabilidade do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – SBS, Q.1, Ed. Seguradoras, 16ª e 17ª andares – Brasília/DF – CEP: 70300-500 – Fone: 321-1183 – E-mail: imprensa@sindsep-df.com.br – Fax: 225 0699. Fundado em 28/8/87 – Registro MTB Nº 1564 CGC: Nº 03.656.576/0001-08. Jornalista Responsável: Ana Paula Oliveira RP 4026 DRT 884-DF – Conselho Editorial: Luiz Bicalho, Hermes Araújo, Luís Henrique Donadio, Ismael José César – Revisores: Cristina Victor RP 14960/RJ e Demerval Fernandes Dantas RP 695/05/42/DF – Repórter-Fotográfico: Ronaldo Barroso RP 4736/DF – Diagramação: Antônio Calandrini RP 4937 DRT/DF – Secretária: Izabel Alexandre – Tiragem: 20.000 – Impressão: Intergraf

# TA SE EXPLICAR

tafora pertence ao campo da literatura e, portanto, não serve para administrar a vida real. Também não lance mão daquela outra metáfora horrorosa (de gosto escatológico) que busca na gestação a explicação de não se poder pedir à criança para nascer antes da hora, alegando que o Governo tem “5 meses” (de gestação? ou de governo?), que foi recentemente usada pelo Exmo. Sr. Presidente da República, graças à falta de esperteza de sua assessoria, que ainda não soube lhe dizer que essas figuras de linguagem são de péssimo gosto literário e que, como figuras de linguagem, não compõem qualquer tópico sério de programa de gestão da coisa pública.

4) Principalmente, **não me peça compreensão**, tal como está escrito em sua mensagem pois eu jamais lhe pedi compreensão a ponto de V. Sa. abrir mão da gratificação que recebe como assessor e nem pedi aos que foram para os cargos criados para abrigar os perdedores das últimas eleições que sejam compreensivos e deixem de receber as gratificações que estão recebendo. Além do mais, como cidadã, jamais me foi dado o direito de pedir aos senhores parlamentares que fossem compreensivos e que não aumentassem abusivamente suas vantagens financeiras e salariais, como fizeram no início da atual legislatura.

5) **Ao funcionalismo federal não se pede compreensão. Respeita-se o funcionalismo, concedendo-lhe reajuste digno ou, pelo menos, cumprindo a promessa do mísero reajuste alardeado na imprensa.** Se não havia condições legais para conceder o mísero reajuste, não se devia ter feito a promessa e propalar tal promessa por meio da imprensa. Quem governa precisa estar melhor informado das competências legais antes de fazer promessas, para não passar por descumpridor da palavra empenhada através dos jornais e das emissoras de televisão. **Não estamos falando de relações religiosas, que implicam vocação para o sacrifício, para a compreensão**

das dificuldades “neste vale de lágrimas”. Estamos falando de relações laicas, numa sociedade para o mercado. **Não estamos falando de relações pessoais ou privadas, que permitem apelos sentimentais. Estamos falando de relações políticas, entre cidadãos e Governo**, nas quais uns, de um lado, esperam o reajuste prometido, enquanto o outro lado não cumpre a promessa e silencia isso para a imprensa, forjando uma atenção especial e personalizada via Internet. Estamos falando de “como iludir o povo”.

6) Sua mensagem explica os trâmites legais para que o reajuste seja concedido, cabendo aos senhores parlamentares a responsabilidade da apreciação da questão. **E por que o Governo prometeu diante do Brasil inteiro? O Governo desconhece os trâmites legais?** Custa-me aceitar que votei num governo incompetente ou capaz de nomear assessores incompetentes e tão bem-remunerados. **E por que o Governo não diz diante da imprensa que não sabia da existência dos procedimentos legais, das disposições constitucionais?** Pode até dizer aos jornais que continua cheio das melhores intenções, mas que tudo depende dos senhores parlamentares – a opinião pública é inteligente. O Brasil ficará sabendo que tudo ainda é promessa e que nada mudou “no reino da Dinamarca”.

Tenho certeza de que nada disso vai ser entendido por V. Sa. – se é que vai receber minha resposta. E V. Sa. não vai entender, porque foi nomeado para fazer mensagens pedindo compreensão ao funcionalismo e reforçando uma vaga promessa de um reajuste que nem é grande coisa e do qual ninguém sabe, até hoje, se vai “ver a cor” (mantendo o nível de linguagem dos pronunciamentos do Governo).

**Em sua próxima mensagem pela Internet dirigida aos servidores, fale com cidadãos e porte-se como autoridade política, mesmo que na calada da internet, evitando apelos emocionais e sentimentais, pois compreensão não é moeda no supermercado para aqueles que fazem a polis. Super-**

mercado não se paga com retórica.

**Não recebi o reajuste e me nego a conceder a compreensão que me pede.**

Atenciosamente,  
Profa. Dra. Sônia  
Maria van Dijk Lima

Universidade Federal  
da Paraíba - professora  
aposentada

dijck@plugnet.com.br - e-mail autorizado para V. Sa. e não para outra autoridade do Governo me incomodar.

**PS: Considerando sua mensagem como discurso de autoridade política, portanto, não sendo correspondência privada que tenhamos mantido, minha resposta é de cidadã, e, portanto, também não é uma mensagem de caráter pessoal. Informo que após mandar para V. Sa., darei a mais ampla divulgação que me for possível tanto a seu texto, de caráter oficial, no qual, aliás, não consta qualquer recomendação de reserva, como a meu texto, como uso da palavra enquanto cidadã que acredita viver numa democracia.**

## SINDSEP INICIA CAMPANHA DE FILIAÇÃO

**“Sonho que se sonha só é apenas um sonho, Mas sonho que se sonha junto, é realidade...”**

Em agosto próximo, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF irá completar 16 anos de existência. Nesse período, transformou-se em uma das entidades mais representativas da categoria em todo o País. Foram inúmeras as lutas e conquistas para os servidores; estivemos presentes nos principais eventos de transformações do País, nessas quase duas décadas.

Para solidificar este importante instrumento de luta dos servidores é que a diretoria do Sindicato estará lançando a Campanha de Filiação/2003. O objetivo é filiar 3 mil novos servidores até dezembro, que se somarão aos 21 mil já filiados. Para dar visibilidade a essa campanha, iremos confeccionar camisetas, botons, pôsteres, cartazes e faixas. No próximo dia 24/6, durante a Plenária de Delegados Sindicais, daremos início à campanha, na qual repassaremos aos diretores e delegados sindicais as fichas de filiação, para que cada dirigente do Sindicato filie 10 novos servidores. A diretoria irá instituir ainda um prêmio ao servidor que arregi-

mentar o maior número de filiados. Cada novo filiado ao SINDSEP irá receber uma camiseta com o mote da campanha, e ainda será convidado a participar de palestras e atividades socioculturais no Sindicato.

Durante o período da Campanha, estaremos presentes no Espaço do Servidor com infraestrutura necessária para acolher os filiados, com a presença de diretores, funcionários do SINDSEP e, ainda, dos advogados, que prestarão informações sobre as ações judiciais.

Todas as sextas-feiras, enquanto durar a campanha, estaremos realizando também no Espaço do Servidor (Esplanada dos Ministérios), a partir das 17 horas, atividades culturais com a presença de músicos, poetas e artistas plásticos, sendo que a primeira atividade será realizada já nesta sexta-feira, dia 27/6, com apresentação de muita Música Popular Brasileira.

Participe você também, ajude a fortalecer o nosso Sindicato, apanhe material da campanha na sede do SINDSEP ou ainda no Espaço do Servidor.

## RESOLUÇÃO EM DEFESA DA GREVE UNITÁRIA PARA DERROTAR ESSA REFORMA DA PREVIDÊNCIA E PELA RETIRADA DA PEC 40

*Resolução em defesa da greve unitária para derrotar essa reforma da Previdência e pela retirada da PEC 40.*

O SINDSEP/DF, um dos principais sindicatos de servidores do DF, e um dos mais antigos, diante de notícias veiculadas pela imprensa em 17/6/03, **repudia qualquer tentativa de dividir a CUT** para criar uma suposta “central de servidores” que, na verdade, representaria uma determinada orientação política de divisão dos trabalhadores.

Neste momento, esta-

mos sob o impacto positivo do **vitorioso ato de 11 de junho**, vitória que **só foi possível graças à unidade da categoria** contra essa “reforma” da Previdência. A partir dessa mobilização, definimos o indicativo de greve para o dia 8 de julho, caso a PEC 40 não seja retirada ou, pelo menos, que sua tramitação seja suspensa imediatamente para negociação.

A greve está marcada e a tarefa dos dirigentes é organizá-la e **não semear a divisão, a dúvida e a desarticulação no seio da categoria.** Nós continuamos a nos articular com

a Cnesf, a CUT e os demais sindicatos **de servidores e de trabalhadores da iniciativa privada** na luta pelos direitos previdenciários contra essa “reforma” da Previdência. **Nós nos dirigimos à CUT para que a Central que construímos e defendemos assumas todas as suas responsabilidades para ajudar a organizar uma vitoriosa greve dos servidores, observando as deliberações e orientações dos fóruns da categoria.**

DIRETORIA  
DO SINDSEP/DF

# SINDSEP ASSEGURA ESPAÇO PARA DELEGACIA SINDICAL NA CONAB

No dia 16 de junho, reuniram-se na Conab, a direção do SINDSEP/DF, representada pelo diretor Ismael César, e os delegados sindicais José Moisés, Fernando dos Santos e Mário César, pela Condsef, Cláudio Santana. Pela Conab, estavam presentes o presidente da empresa, Luís Carlos Guedes, o assessor Pedro Beskow e o diretor administrativo, Jacinto Ferreira.

A audiência foi solicitada após envio da Carta DIAFI 099, assinada pelo diretor administrativo, na qual convocava a Asnab para deflagrar o processo eletivo, objetivando a constituição de comissão representativa dos empregados, para discutir o Acordo Coletivo 2003/2004. O intuito, conforme afirmou o diretor administrativo Jacinto Ferreira, era de “avançar no processo de discussão do Acordo Coletivo, definição do calendário e formação da Comissão Paritária...”. Foi reafirmado pelos dirigentes sindicais, assim como nos anos anteriores, os sindicatos gerais e a Condsef não abririam mão de representar os funcionários da empresa na Mesa de Negociação. Foi lembrado ainda que independentemente do falso debate sobre “legalidade”, o Governo Federal já instalou uma Mesa Nacional de Negociação, reconhecendo as entidades como legítimas representantes da categoria. O presidente da Conab, Luís Carlos Guedes, fez questão de frisar que “a atual direção da Companhia vem se pau-

tando pelo diálogo e sempre pela lealdade, pela transparência e pela aplicação da legislação e normativos que a administração pública requer...”, afirmou, ainda, “que jamais se negou, ou se negará a dialogar com os representantes dos trabalhadores”. Duas audiências já foram realizadas, uma em 23/3 e a segunda em 16/6.

A Condsef está convocando uma plenária nacional, com caráter de assembléia de funcionários da Conab, para o dia 2 de julho, em Brasília, na qual serão discutidos os pontos do Acordo Coletivo, e também serão eleitos os seus representantes para a Mesa de Negociação. Ao final da reunião, ficou acordado o seguinte: 1) elaboração de memorial descritivo constando todas as decisões jurídicas favoráveis ao SINDSEP/Condsef, e posteriormente reunião entre o setor jurídico da Condsef e da Conab, e ainda uma terceira representação a ser definida; 2) apresentar à Conab parecer a respeito das mensalidades sindicais para posterior implantação do desconto; 3) realização de plebiscito na base para ratificação da representatividade dos sindicatos gerais, conforme consta no último acordo em vigor. Ao final, o diretor administrativo informou a autorização do espaço na Conab para funcionamento da seção sindical, ficando os delegados sindicais responsáveis pela criação da estrutura necessária.

## SERVIÇO

### PLENÁRIA DE DELEGADOS SINDICAIS

Dia 24 de junho, às 18 horas  
Auditório do SINDSEP-DF

### MOBILIZAÇÃO CONTRA ESSA “REFORMA” DA PREVIDÊNCIA

Proposta de greve a partir de 8 de junho  
**DELEGADO SINDICAL, COMPAREÇA!  
VAMOS DERROTAR A REFORMINHA!**

### ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 26 de junho, às 12 horas  
Espaço do Servidor

### MOBILIZAÇÃO CONTRA ESSA “REFORMA” DA PREVIDÊNCIA

Proposta de greve a partir de 8 de julho  
**SERVIDOR, COMPAREÇA!  
VAMOS DERROTAR A REFORMINHA!**

### CURSO DE ESPANHOL

Prof. José Aparecido Teixeira  
– material dirigido ao público brasileiro  
– duração de 4 meses  
– 4 horas-aula semanais  
– horários disponíveis todas as noites de 2ª a 6ª  
– preços especiais para filiados do SINDSEP/DF  
R\$ 45,00 (para filiados de nível básico e intermediário) e R\$ 55,00 (para filiados de nível superior)

### O SINDSEP VOLTOU A ATUALIZAR SUA PÁGINA NA INTERNET

Acesse:

<http://www.sindsep-df.com.br/>

Adicione aos seus favoritos

## CORTE INTERAMERICANA CONDENA PERU POR “REFORMA” DA PREVIDÊNCIA SIMILAR À BRASILEIRA

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, cuja jurisdição é aceita pelo Brasil desde dezembro de 1998, em sua sentença de 28 de fevereiro de 2003 sobre o caso “Cinco Aposentados versus Peru” deu importante contribuição para a discussão sobre a “reforma” da Previdência no Brasil.

O Executivo peruano modificou o regime de aposentadoria através do Decreto-Lei nº 25.792, de 23 de outubro de 1992, e descumpriu sentenças da Corte Suprema de Justiça e do Tribunal Constitucional do Peru, que mandaram pagar aos aposentados proventos calculados na forma estabelecida na legislação vigente no momento em que começaram a receber as aposentadorias.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos acionou o Estado peruano, com base no art. 51 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, para que a Corte decidisse se o Peru violou os arts. 21 (Direito à Propriedade Privada), 25 (Proteção Judicial) e 26 (Desenvolvimento Progressivo) da Convenção, com relação às obrigações definidas nos arts. 1º (Obrigação de Respeitar os Direitos) e 2º (Dever de Adotar Disposições de Direito Interno).

A Comissão solicitou à Corte que ordenasse ao Peru outorgar compensação por dano moral às vítimas e cumprir o disposto nas sentenças da Corte Suprema de Justiça do Peru e do Tribunal Constitucional do Peru, pagando às vítimas as diferenças corrigidas desde novem-

bro de 1992, assim como atualizar o valor das aposentadorias. A Comissão também solicitou à Corte que ordenasse ao Peru revogar o art. 5º do Decreto-Lei nº 25.792 e cessar, de maneira retroativa, seus efeitos. Finalmente, a Comissão pediu à Corte que solicitasse ao Peru investigar os fatos e estabelecer responsabilidades e que condenasse o Peru ao pagamento de custas e gastos gerados na tramitação do caso na jurisdição interna e no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos.

Na sentença, a Corte acatou todas as solicitações e decidiu que as conseqüências patrimoniais da violação do direito à propriedade privada devem ser estabelecidas nos termos da legislação interna; que o Peru deve realizar investigações e aplicar sanções aos responsáveis pelo descumprimento das sentenças dos tribunais peruanos; que o Peru deverá pagar aos cinco aposentados a quantia de 3 mil dólares por danos morais; e que o Peru deverá pagar 16,5 mil dólares referentes a gastos e custas.

O voto concordante do Juiz Presidente da Corte, o brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade, enaltece a necessidade da salvaguarda, pelo ordenamento jurídico nacional e internacional, dos direitos humanos e sublinha o direito à aposentadoria como direito adquirido:

“1. Voto a favor da adoção da presente sentença sobre o mérito e reparações no caso dos Cinco Aposenta-

dos versus Peru, na qual a Corte Interamericana de Direitos Humanos, primeiramente, afirma o caráter de direito adquirido do direito à aposentadoria (...) o imediato cumprimento das sentenças judiciais – que não pode ficar à mercê ou na discricionariedade da Administração – é um componente essencial do direito à proteção judicial consagrado no artigo 25 da Convenção Americana.

2. Da presente sentença da Corte desprende-se o amplo alcance do direito de acesso à Justiça (...) Tal direito não se reduz ao acesso formal (...) à instância judicial; (...) significa, *lato sensu*, o direito de obter justiça. Dotado de conteúdo jurídico próprio, configura-se como um direito autônomo (...) à própria realização da justiça.

3. Como as circunstâncias do presente caso dos Cinco Aposentados versus Peru o revelam, as obrigações de proteção judicial por parte do Estado não se cumprem com a simples emissão de sentenças judiciais, senão com o efetivo cumprimento das mesmas (em conformidade com o disposto no artigo 25 (2) (c) da Convenção Americana)(...)

Ou seja, os inativos brasileiros, injuriados por um ex-chefe do Poder Executivo, que os apelidou de “vagabundos” e agora objeto de uma tentativa por parte do Poder Legislativo de ofensa no plano material (retirada de parte de seus vencimentos), têm a possibilidade de acessar a jurisdição interamericana, caso o Estado brasileiro insista em ferir os seus direitos.